

ros, efêmeros, na vida política. O processo de politização deste país, o processo dessas conquistas hoje já não mais pertence ao Presidente da República ou aqueles que pregam em praça pública. Estamos em posição irreversível. Já não é mais de quem de quem quer que seja. Pertence à tábua da nação, nobre deputado. De maneira que essas reformas, embora alguns condenem o Presidente da República, o que é certo é que elas são indispensáveis, e todas as camadas deste país, reconhecem sua necessidade. Não querem saber se o Presidente vai aplicá-las mal ou não. Elas virão.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Nobre deputado, os reacionários têm razão. Eles estão certos. Os que são contra a reforma estão certos.

E isso porque eles já sentiram — não acredito que não tenham sentido na sua própria carne, — o prestígio que o Presidente João Goulart passou a ter desde o dia treze. Eles estão sentindo. Se houvesse uma eleição, se houvesse um plebiscito, contados desses outros candidatos.

Aonde iriam ficar? Não iriam nem ver poeira...

Então fala-se até em "impeachment". E quando se fala em "impeachment" contra o Presidente da República, não é democracia! Aliás, é democracia, dizem eles. Fala-se em "impeachment" contra o Presidente da República e em democracia... E estes que falam em garantia do regime, quando da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, não quiseram que o Presidente da República, eleito, pelo voto democrático, tomasse posse — ou João Goulart não foi eleito pelo voto, que eu nele não votei? Não! E quem garantia a democracia? Se aqui estamos se este humilde deputado está usando o microfone, — embora correndo o risco de o DOPS me cercar lá fora, — é devo isso a quem? A Carvalho Pinto que cruzou os braços e disse — "Sou pela legalidade"? Devemos a Carvalho Pinto, a Auro Soares de Moura Andrade, a Itanieri Mazzilli? Não. Devemos exclusivamente ao deputado Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Lembro ao nobre orador que lhe restam cinco minutos de seu tempo.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Devemos isto tão somente ao Governador do Rio Grande do Sul, que levantou a sua voz e disse até que se o Presidente que havia renunciado tivesse baixado no Rio Grande do Sul não seria deportado do Brasil e conclamou São Paulo; e a "Rádio da Legalidade" irradiava todos os dias e todas as noites. E o que fazia São Paulo e a Guanabara? Procuravam interferir na "Rádio da Legalidade". E não era legal ao Sr. João Goulart tomar posse? Não era? E esses que diziam que não podia tomar posse, vêm, hoje, falar em democracia. Que autoridade têm? E até vou além: que qualidades têm aqueles que queriam impedir a posse do cidadão eleito pelo voto? Não têm qualidades para impedir o livre exercício de democracia em nosso País.

O Sr. Paulo Nakandakare — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — É com satisfação que ouvimos sempre dessa tribuna a autenticidade do homem de São Paulo, principalmente do homem do Interior que tão bem se faz representar por V. Exa. E para nós, do P.T.B., é uma satisfação ver um deputado de outra legenda como V. Exa., defendendo de maneira intrínseca o Sr. Presidente da República. E quando São Paulo foi palco, ontem, das cenas desagradáveis que toca a imprensa noticiou, queria que ficasse registrado nos Anais desta Casa o nosso protesto veemente, e, a fim de que a paixão, a fim de que a eloquência, sobretudo a fim de que o sentimento emotivo não tumultuasse as nossas palavras, gostaria de o fazer por escrito, como vou fazê-lo, lendo a declaração que pretendia fazer no início do Expediente, consubstanciada nos seguintes termos:

(Lê) "A hora que vivemos, em nossa Pátria, é a um tempo grave e decisiva. A Nação, por seus sentimentos mais legítimos de patriotismo, desde os trabalhadores e camponeses, aos estudantes, intelectuais, militares e homens progressistas de todas as camadas sociais, aplaudiu o discurso do Presidente Goulart no histórico comício da Guanabara, bem assim os decretos que abrem caminho prático às reformas que o povo brasileiro reclama. Enquanto isto as figuras mais retrógradas da vida política deste país, apoiadas no aparelho policial viciado às repressões, e nos grupos bandidos armados e treinados para o terror, forçam o caminho da baderna.

Este é o quadro hoje estabelecido em São Paulo. O Governador do Estado, como expressão da reação cega dos grupos privilegiados, acaba de dar início em nosso Estado ao sinistro passo para o derramamento de sangue da generosa gente paulista. E o faz apoiando, estimulando e mesmo orientando grupos terroristas anti-povo. É o que vem de ocorrer na noite de ontem, em frente e dentro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Largo de São Francisco.

Os universitários do Centro Acadêmico XI de Agosto haviam convidado o Prof. João Pinheiro Neto, Presidente do SUPRA, para que S. Senhoria pronunciasse uma conferência sobre o decreto assinado pelo Presidente Goulart relativo às reformas municipais das suas famílias, relativas aos seus e a seus, cuja medida dá início à sua despedida e a sua saída do Brasil em nosso País.

Desde então ocorreu um clima de tensão que culminou com o assalto dos grupos terroristas bandidos e do DOPS à Faculdade de Direito, espancando estudantes, populares e jornalistas, tendo sido chacoalhados

trucidado o jovem e bravo repórter fotográfico da revista "Manchete", João Blankovan.

Essa baderna ontem desencadeada, não só impediu pela violência que o Dr. João Pinheiro Neto proferisse a conferência solicitada pelos estudantes, mas, sobretudo, levou à prática atos de vandalismo que atentam contra os foros de civilização do povo paulista, atingindo de forma brutal a própria Faculdade de Direito cujo edifício está marcada pelas balas dos terroristas. Nenhum governo, em toda história republicana, jamais ousou agredir a mocidade do mais tradicional e respeitado centro universitário de São Paulo e um dos mais brilhantes do País. Esse horrendo ultraje à mocidade paulista e brasileira acaba de ser praticado por bandos armados, alistados à sombra da política reacionária, anti-pátria e anti-povo, que marca o atual governo de São Paulo.

Por estes métodos, que lembram os horrores do nazismo, pretende o Sr. Governador e a reação obscurantista que lhe faz cópico, produzir vítimas em São Paulo, com o visível objetivo de explorar os sentimentos da gente paulista, para confundir-la e arrastá-la a serviço da aventura com que obstinadamente querem impedir a realização das reformas hoje reclamadas por toda a Nação.

Engana-se porém o Sr. Governador. Enganam-se, igualmente, a reação e os bandos terroristas. O povo paulista, sua mocidade estudantil, os trabalhadores da cidade e do campo, os homens de empresa verdadeiramente progressistas, estão e estarão unidos a todo o Brasil pela emancipação da Pátria comum. O bravo e altivo povo bandeirante imediatamente dará resposta patriótica aos terroristas e aventureiros políticos. A consciência nacional e as necessidades do povo podem mais que os privilégios já condenados pelo despertar de nossa Pátria no caminho do progresso.

Hoje deve visitar São Paulo o Sr. Ministro da Justiça, Dr. Abelardo Jurema. Queremos neste instante chamar a atenção do Governo Paulista para os fraves fatos ocorridos e sua responsabilidade quanto aos mesmos. Isto para que não se repitam os atos brutais da noite passada que tanto chocaram a opinião pública de São Paulo e do Brasil. As reformas que nesta hora se iniciam têm o nobre e humano objetivo de conduzir a nação na senda da transformação pacífica historicamente necessária. A responsabilidade, em São Paulo, de qualquer derramamento de sangue caberá, em primeiro lugar, ao Governante paulista que tanto se demanda diante do ascenso político do nosso povo e da orientação patriótica do Presidente João Goulart. Que saltem os homens da reação retrógrada que o Brasil caminhará sem interrupção, sem desfalecimento e sem temores para sua plena emancipação como nação soberana política e economicamente. E que o povo brasileiro desperte pela consciência dos seus direitos e de suas facilidades será o artífice dessa obra — pelo trabalho criador e, se necessário, pela bravura jamais desmentida".

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Assim encerro as minhas palavras deixando aqui um alerta a São Paulo e aos parlamentares para que conclamemos o povo nas ruas em defesa das reformas.

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão. Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Israel Dias Norães.

(O SR. ISRAEL DIAS NOVAES PRONUNCIANDO UM DISCURSO QUE POR DEPENDER DE REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO DEPOIS).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Com a palavra o nobre deputado José Lurtz Sabia, por quarenta minutos.

O SR. JOSE LURTZ SÁBIA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, desejava, na discussão do projeto do nobre deputado Ariovaldo Roseito, abrir um parêntesis.

Sr. Presidente ouvi um discurso atrabiliário e desataviado e que me deu piedade do seu autor. Irei responder a esse discurso do nobre deputado Fernando Mauro, de quem tive boa hora a tarde, na próxima semana quando usarei o Grande Expediente para dar a versão dos fatos ocorridos, para pôr termos às afirmações levianas de S. Exa. na tribuna.

Sr. Presidente, discutimos o projeto do Convênio com o IPESP, com o Hospital dos Servidores. Já fui procurado nesta Casa por algumas viúvas que buscam receber os seus proventos e infelizmente o IPESP não os paga. Já fui procurado por funcionários que estão com seus vencimentos atrasados, e hoje, Sr. Presidente, encaminhei um requerimento ao Sr. Governador do Estado para que S. Exa. possa responder as informações solicitadas relativas a transações imobiliárias do Instituto de Previdência do Estado. Há de se observar, Sr. Presidente, que esta autarquia não vem funcionando muito bem, pois há poucos dias aumentava-se a taxa de contribuição dos servidores para o IPESP, na esperança de que através do grande nosocômio construído, poderíamos dizer do ex-Governador Jânio Quadros que foi quem lançou a pedra fundamental do grande hospital, se tivesse sido aproveitável. Hoje este hospital está completamente desarticulado, não atendendo aos servidores públicos do Estado de São Paulo. É este aspecto negativo da administração do IPESP se me dá uma como incapacidade administrativa. A própria estrutura do Governo estadual, se o IPESP possui recursos para obter áreas de valor vultoso, porque então o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo não tem recursos para dar assistência aos seus servidores?

Por que então o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo não tem recursos para pagar os proventos atrasados das viúvas dos pensionistas? Por que então o IPESP não tem recursos para o financiamento da casa do servidor? Tudo isso nos faz crer, Sr. Presidente, que é a incapacidade da sua direção.

Lá na direção do Instituto de Previdência está um cidadão que foi meu companheiro de partido, com quem mantive durante tantos anos contatos partidários, e que quando da sua indicação esteve conversando com S. Exa., expondo que não teria o meu voto mas que eu ficaria na observação da sua administração e, se porventura ele não correspondesse, da tribuna desta Casa eu me voltaria contra a sua gestão. As falhas serão apenas da direção do IPESP? Ou será de todo o conjunto governamental? Creio que é de toda a estrutura administrativa do Estado. Não é apenas o IPESP que falha. Lembro-me do IPESP na administração do Sr. Jânio Quadros, quando construiu núcleos residenciais no Ipiranga, na Vila Brasília Machado. Lá estão centenas de servidores e dezenas de operários com propriedades. Vemos outros núcleos residenciais construídos pela administração de Jânio Quadros. E o que dizer da Administração de Carvalho Pinto, através de Francisco Morato no IPESP, o saudoso Francisco Morato, quando iniciou, através daquele Instituto inúmeros benefícios ao interior? Posteriormente, em convênios com várias prefeituras, fez empréstimos para o abastecimento de água, para saneamento das cidades. Hoje não se houve falar em financiamento às prefeituras do interior para serviços de abastecimento de água e saneamento. E não se fala sequer no pagamento do atrasados às viúvas pensionistas. Por isso não sei se esse convênio irá, realmente, atender às necessidades dos servidores do interior, porque o IPESP poderia muito bem dar maior amplitude ao seu hospital, para que ele atendesse em toda a sua plenitude aos seus beneficiários. Entretanto, aquela monstruosidade arquitetônica idealizada por Jânio e terminada por Carvalho Pinto já está capangando. Isso demonstra a inabilidade e a inoperância da administração do IPESP. Ao invés de sonhar a direção do IPESP com a aquisição de áreas de terreno na cidade A. E. Carvalho, em Ribeirão Preto e Consolação, poderia muito bem cumprir seus deveres para com o funcionalismo público que dá a sua contribuição ao IPESP, e que ainda há pouco foi escorçado em mais 3% de contribuição. Vejam a dificuldade que os contribuintes do IPESP têm para se beneficiarem do Hospital do Servidor. É bom o projeto do deputado Ariovaldo Roseito, que permite ao IPESP a realização de convênios com hospitais do interior, em razão do fracasso dessa administração, mas mais aceitável seria o próprio IPESP construir hospitais regionais para atender, para facilitar o atendimento de contribuintes. Estaria o IPESP cumprindo a sua finalidade. Não pode o servidor da longínqua cidade de Andradina vir a São Paulo em busca de benefícios do Hospital do Servidor, porque aqui terá de permanecer dois ou três meses para conseguir ser atendido. O IPESP então poderia destinar parte dessa verba com que deseja comprar áreas de terreno a construção de hospitais regionais, para atender os servidores do interior do Estado de São Paulo. Como o IPESP pode construir o grande nosocômio dos servidores públicos do Estado, poderia a administração idealizar esta nova modalidade de atendimento, ao em vez de financiar convênios com hospitais particulares, porque aí então estaria o próprio Estado, o próprio IPESP com o seu nosocômio valorizado. Assim, esta organização do Instituto de Previdência cumpriria sua obrigação dando atendimento aqueles que contribuem e não apenas sendo o simulacro de organização de assistência social e não sendo a cópia dos institutos de previdência da União que não estão servindo ao povo do Brasil. Cabe, ao em vez de apresentarmos uma solução para os efeitos, apresentarmos solução para as causas, e as causas que aí se apresentam são o não atendimento e a desorganização coletiva.

Talvez o convênio que preconiza o projeto de lei que ora discutimos desta tribuna não venha solucionar de vez a situação dos servidores do Estado de São Paulo. O ideal seria que o próprio servidor aplicasse na construção de novos hospitais regionais e aí democraticamente seria dividido o Estado de São Paulo nessas regiões para que assim, com a construção de hospitais regionais sejam atendidos todos os servidores indistintamente. Creio até que para ser atendido um doente no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, é necessário ter "tutúcho".

É esse hospital não está funcionando, não por deficiências no corpo clínico, nem cirúrgico, não há deficiência de material humano; há falta de assistência por falta de recursos para funcionamento deste grande nosocômio que, pelo que sabemos, não está funcionando nem 50% da sua competência e capacidade.

O presente projeto de lei, embora venha a ser encaminhado às necessidades do servidor público, mas interessante seria que a própria Assembleia existisse que o Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo pudesse atender aos servidores que buscam os seus benefícios e pudesse o IPESP apresentar a esta Assembleia um plano geral para construção de hospitais regionais e não fazer simples convênios que não ajudam ninguém trazer nenhum benefício de forma alguma. É uma cópia do que está acontecendo hoje na previdência social do país. Temos hospital no Ipiranga — o do IAPLTCG — sem funcionar na sua grande capacidade, por falta de recursos. Alarga a sua direção que não tem meios para poder fazer aquele grande nosocômio funcionar. No entanto, os con-

tribuintes do Instituto pagam religiosamente as suas contribuições.

Sr. Presidente, Srs. deputados, votarei favoravelmente ao projeto mas não acreditando nele ou que ele seja a solução. Poderá ser ideal em relação aos efeitos mas em relação às causas não tem nenhum sentido.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao orador que faltam 5 minutos para o término da sessão.

O SR. JOSE LURTZ SÁBIA — Sr. Presidente, ou o IPESP apresenta um planejamento administrativo ou cai totalmente em descrédito, como totalmente desacreditada está a administração estadual. É geral o fracasso administrativo. Os fatos o comprovam. As compras de próprios sem necessidade, mostram que não faltam recursos. É que os recursos são mal aplicados. A própria folha dos servidores públicos declara que viúvas e filhos de servidores falecidos vivem em extrema pobreza. E aqui apresento uma reportagem mostrando um diálogo com o Presidente do IPESP. O que não posso acreditar é que faltem recursos para pagamento desses beneficiários, se o IPESP tem recursos para comprar terrenos em Ribeirão Preto, no bairro da Consolação, na cidade A. E. Carvalho. Recursos não faltam. Está faltando uma administração autêntica, pura e capaz, que atenda aqueles que têm direitos imposteráveis. Daqui da tribuna, na discussão do projeto, formulo um apelo ao diretor, ao Presidente do IPESP, Sr. Ruy de Arruda Camargo, para que pague as pensões das pobres viúvas em extrema miséria que batem às suas portas para adquirir um pedaço de pão. Que pague também aos filhos dos servidores falecidos, cumprindo essa obrigação e esse dever mínimo para com os seus contribuintes. Eles não recebem um mínimo de assistência social e não pode continuar esse estado de coisas. Como pode o IPESP arrecadar religiosamente as contribuições sem nada oferecer em troca? Este o nosso protesto. Amanhã voltaremos à tribuna para discutir com mais elementos a respeito dessa compra de terrenos em Ribeirão Preto e para fazer novas considerações a respeito das viúvas que batem às portas da Assembleia para fazer com que o IPESP pague os seus vencimentos. Amanhã daremos os nomes dessas viúvas que vieram à Assembleia na esperança de receberem os seus vencimentos e conseguirem um pouco mais de tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE — O tempo regimental da sessão está esgotado. V. Exa. terá 40 minutos na próxima sessão em que se discutir esse projeto. Declaro a sessão encerrada.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, designadas outras para amanhã, dia 18, para as 14 e 17 horas, com os ordens do dia publicados no "Diário da Assembleia".

AVISO
Acham-se à venda na Imprensa Oficial do Estado, à Rua da Glória n. 346, os impressos abaixo a que se referem as INSTRUÇÕES NS. 1, 2, 3 e 4 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MODELO 26 I.O.E.
"Relação de Remessa"
(Requisições de adiantamentos — Avisos) Instruções n. 1-52 — Bloco de 100 fts. ... Cr\$ 250,00

MODELO 28 I.O.E.
"Remessa de Arquivos de Requisições de Pagamentos"
Instruções n. 3-52 — Bloco de 50 cópias com 3 dias ... Cr\$ 370,00

MODELO 29 I.O.E.
"Balancete Demonstrativo da Despesa, Orcada, Empenhada e Paga"
(Antigidade) — Instruções n. 4-52 — Bloco de 100 fts. Cr\$ 570,00